CASAS FAMILIARES RURAIS: UMA ALTERNATIVA PARA A FORMAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES

Nelson Colossi[1]
Dimas de Oliveira Estevam[2]

RESUMO

Na atualidade, vive-se num mundo em transformações, em que a busca por novos conhecimentos é uma necessidade constante. Na agricultura não é diferente. Foi-se o tempo do agricultor(a) analfabeto e desastrado como o personagem do "jeca-tatu", pois para se libertar dessa situação desfavorável ele tem buscado formação e conhecimento. Para isso, idealizaram uma escola capaz de atender dois objetivos: possibilitar a permanência em seu meio produtivo e, oportunizar-lhe acesso a novos conhecimentos. A partir destes dois fundamentos, lideranças do meio rural criaram a Casa Familiar Rural (CFR), definida como uma instituição educativa, criada para buscar uma educação personalizada e uma formação integral do agricultor, a partir de sua própria realidade. Esta proposta utiliza como método de ensino a Pedagogia da Alternância, em que os alunos participantes passam uma semana na CFR, em internato, adquirindo conhecimentos teóricos, e duas semanas junto à

[1] Doutor em Administração Universitária pela George Washington University, USA. Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Administração – CPGA/UFSC.
[2] Economista e Mestre em Administração pela UFSC. Professor da ESUCRI (Escola Superior de Criciúma -SC). Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária da UFSC (NUPEAU). Coordenador das Casas Familiares do Extremo Sul de Santa Catarina.

família, aplicando esses conhecimentos, na prática. Assim, eles aprendem os conteúdos de formação geral e profissional, sem abandonar suas atividades, num período de três anos.

Palavras – chave: Pedagogia da Alternância, Formação, Jovem

ABSTRACT

Nowadays, in a world undergoing transformation, the search for new knowledge is a constant necessity. In Agriculture is not different. The time of an illiterate and awkward farmer like the character "jeca-tatu" is history, because to get rid of that adverse situation, farmers have looked for schooling and knowledge. To accomplish that, they idealized a school capable of taking into account two goals: to make possible their staying in their productive environment and, to provide them with access to new knowledge. From those two fundamentals, leadership from the rural area created the Rural Familiar House (RFH), defined as an educational institution, founded to pursue a personalized and integral education from the farmers' own reality. This proposal utilizes the Alternate Pedagogy as the teaching method, where the participating student spends a week in RFH, internal regime, acquiring theoretical knowledge, and two weeks with his/her family applying that knowledge in a practical way. Therefore, the students learn the contents of general and professional education without abandoning their activities, during a period of three years.

Key - words: Alternate Pedagogy, Formação, Jovem

1 APRESENTAÇÃO

A agricultura, nas últimas décadas, vem sofrendo profundas transformações, cujas conseqüências, para o agricultor, tem sido o

abandono de sua propriedade e a migração para as cidades, na busca ilusória de melhoria da qualidade de vida, iludido pelos falsos atrativos oferecidos nos centros urbanos, passando a viver, na sua grande maioria, nas mais desumanas condições de vida (FAO, 1995).

Para entender o processo de mudança ocorrido na agricultura brasileira é necessário considerar o novo padrão tecnológico de produção vivenciado nas últimas décadas, que se caracterizou pelos seguintes aspectos: implementação de políticas agrícolas incentivadoras da produção em larga escala, voltada para exportação; destinação do crédito agrícola, na sua maior parte, apenas para uma pequena parcela de grandes proprietários, contribuindo para o aumento da concentração da renda no campo e profundas mudanças nas técnicas de produção impostas pelo próprio capital através da mecanização e da aplicação de insumos quimicamente sintetizados que levaram à necessidade de seu uso na produção de forma cada vez mais intensiva.

A conjunção desses três fatores levou muitas famílias a abandonar suas propriedades, por não conseguirem mais sobreviver em suas unidades produtivas, em decorrência do encolhimento das margens de lucro, sem que houvesse qualquer mudança na estrutura agrária. Segundo Graziano Neto (1985), os resultados deste processo foram catastróficos, tanto no plano econômico, quanto no plano social e ecológico. A sua face mais visível foi uma enorme contradição: se por um lado houve um grande avanço em termos de progresso técnico (resultados econômicos); em contrapartida, constata-se uma notável regressão em termos sociais, fruto dessas transformações sem a equivalência no campo social, cujas conseqüências foram o êxodo rural, gerando gigantescos bolsões de pobreza nos centros urbanos, transformando muitos produtores rurais em "subconsumidores urbanos" e o aumento da concentração da renda e da terra (MARTINE, 1982).

Diante das mudanças, os filhos desses agricultores foram os mais prejudicados e acabaram pagando o ônus maior desse processo, pois foram obrigados a abandonar suas propriedades e se fixar nas cidades. Seus destinos, na maioria das vezes, são as favelas, cujo resultado é o abandono da escola de forma muito precoce, num sucessivo quadro

de degradação e agravamento social, uma vez que a cidade não consegue oferecer oportunidade de emprego e renda para todos. Uma das conseqüências é o aumento do número de desempregados desqualificados, vivendo na mais absoluta miséria, pois são poucos os que conseguem vencer os obstáculos impostos pela vida urbana e se estabelecer dignamente. De acordo com a FAO (1995, p. 62) "[...]o marginalizado urbano de hoje é o filho ou neto do camponês desamparado de ontem".

As políticas agrícolas existentes não têm conseguido amenizar os problemas enfrentados pela agricultura, e a cada ano que passa a situação se torna mais problemática. A revalorização do setor agrícola, principalmente da pequena propriedade, poderia ser uma forma de solucionar muitos problemas urbanos. A marginalização do campo gera tantas conseqüências negativas na cidade que não seria exagero afirmar:

> ... ou se salva a área rural ou se perde a nação (no desemprego, na fome, na delinqüência, na violência pública, nas drogas, etc.). Os pequenos agricultores, que são injustamente considerados como o **grande problema** rural (que repercute negativamente no meio urbano), poderiam e deveriam ser a **grande solução**, diretamente para o setor rural e indiretamente para o urbano (FAO, 1995, p. 62 - grifos no original).

Uma outra questão diz respeito à difusão das tecnologias agrícolas. Segundo Mussoi (1999), elas estavam alicerçadas na superioridade do "saber científico" e tecnológico, gerados em centros de pesquisa ou adaptadas, como foi o caso da "Revolução Verde"[1], sendo os mesmos transferidos aos agricultores via serviços de assistência técnica e extensão rural[2]. Desta forma, os agentes de extensão nos municípios eram meros executores de programas elaborados externamente e os agricultores adotavam esses "pacotes tecnológicos"[3] em suas propriedades, sem muita discussão. Os resultados deste trabalho que durou mais de duas décadas, num período de autoritarismo

em que o processo de decisão era centralizado, foram de um lado, a perda do controle da sociedade sobre o Estado que não tinha mecanismos de defesa e de outro, o descontrole do Estado sobre si mesmo.

No entanto, apesar de toda imposição do aparato estatal, durante o período da ditadura, houve inúmeras iniciativas na busca de alternativas para a agricultura, contrapondo a forma imposta e autoritária da difusão dos pacotes tecnológicos. Destas tentativas muitas foram bem sucedidas e foi a partir delas que, no final da década de 80, surgiram inúmeras experiências inovadoras para a agricultura. Na busca de melhores condições de vida para o campo, a proposta via educação era uma delas. Foi uma alternativa encontrada para amenizar a dívida histórica no meio rural e, ao mesmo tempo, atender a dois objetivos: o primeiro possibilitar a permanência do agricultor em sua unidade produtiva, e, o segundo, oportunizar o acesso aos novos conhecimentos, buscando a partir daí a motivação para continuar na sua atividade.

A forma encontrada foi a pedagogia da alternância, inspirada no modelo das *Maisons Familiales Rurales* (MFRs) francesas. Em regime de alternância os filhos dos agricultores passam uma semana em internato na *Maison* e duas nas propriedades, aplicando na prática o conhecimento teórico adquirido, possibilitando a educação de duas gerações ao mesmo tempo. "Com essa nova forma de formação do meio todo (sic), pais, mães, filhos, da família se adquire maior capacidade para assumir cada vez mais as próprias responsabilidades no mundo rural em evolução". (GILLY, p. 5).

No Brasil estas experiências são conhecidas por Casas Familiares Rurais (CFRs). O método de ensino utilizado por elas é o mesmo, a pedagogia da alternância. Este princípio tem como fundamento a combinação de um processo de formação, no qual o jovem rural convive em períodos de vivência na escola e na propriedade rural, alternando a formação prática com a formação teórica que, além do conteúdo do currículo formal, inclui conteúdos de vivências associativas e comunitárias. (SILVA, 2000). Outro ponto fundamental é a ênfase na participação dos pais no processo pedagógico-educativo e na gestão

da escola, além de buscar, a partir da família, o desenvolvimento de toda a comunidade envolvida.

2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TEMA

O presente artigo pretende contribuir para um melhor conhecimento sobre as experiências das Casas Familiares Rurais (CFRs).Trata-se de uma adaptação da Pesquisa de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da UFSC pelo Professor Dimas Estevan e a orientação do Professor Nelson Colossi. O tema significativamente relevante, tendo em vista o atual contexto sócio-político-cultural que caracteriza a realidade do campo neste país.

A discussão do projeto das Casas no Brasil, iniciou-se no Nordeste, mais precisamente no município de Arapiraca, Estado de Alagoas, no ano de 1981. A proposta começou a expandir-se por todo o país, somando atualmente mais de 150. Apesar do crescimento do projeto, os estudos referentes ao tema são praticamente inexistentes, principalmente, no meio acadêmico, daí a necessidade de um estudo.

Todavia, aprofundar a discussão em torno do trabalho das CFRs é pertinente, devido ao que se propõe o projeto: a busca de uma alternativa para o meio rural. E esta busca surgiu a partir da consciência dos agricultores de que a formação e a profissionalização têm-se mostrado inadequada para a realidade da agricultura. Além de não ser atrativa, não prepara adequadamente o jovem para ser agricultor. Sem contar que uma grande parte dos filhos dos agricultores não consegue nem ao menos concluir a 4ª série do ensino fundamental. Por outro lado, não se pode afirmar que ao deixarem o meio rural os jovens estejam preparados para enfrentar os desafios de uma outra profissão no ambiente urbano.

A alta taxa de migração rural para as áreas urbanas é, muitas vezes, ocasionada pela falta de uma educação voltada para atender às

necessidades do meio rural. Isto acontece em virtude da descapitalização do pequeno produtor rural, que é obrigado intensificar o uso da mão de obra de sua família, não sobrando tempo para seus filhos estudarem. Quando estudam, o ensino é inadequado à sua realidade. A conseqüência é a utilização da mão de obra infantil cada vez mais intensa; um trabalho em muitos casos considerado imprescindível para a sobrevivência da família, tornando a evasão escolar inevitável.

Por outro lado, constata-se que os jovens formados nas escolas agrotécnicas raramente retornam às propriedades de origem, preferindo fazer do curso sua nova profissão na cidade ou em grandes empresas ligadas à agricultura. A partir destas dificuldades, surgiu a necessidade de se buscar uma formação adequada, que cobrisse essa defasagem e, ao mesmo tempo, tivesse o máximo de envolvimento com o meio rural; participação das famílias na formação dos jovens; uma educação que fosse atrativa e integral e que preparasse o jovem para ser agricultor e, ainda, com um calendário escolar compatível com a realidade agrícola.

Um outro fator que pode ser considerado determinante é que o extensionismo rural atualmente está passando por uma crise não só financeira, mas também de identidade. Isto ocorre devido uma série de motivos, entre os quais está o sucateamento das empresas ligadas ao setor; a falta de renovação do quadro de pessoal; além da escassez de recursos financeiros, deixando, de certa forma, os agricultores órfãos. (MUSSOI, 1999).

A agricultura pode ser dividida em três fases: o período de agricultura extrativista, em que o agricultor derrubava a mata para plantar. Com o fechamento das fronteiras agrícolas, o agricultor foi obrigado a sobreviver e a se adaptar num único local, tendo necessidade de aumentar a produção em um ambiente adverso, fase que coincide com o processo de modernização da agricultura. Nesta etapa se dá o início ao extensionismo, que trouxe grandes avanços técnicos para a área rural. A terceira fase nasce do esgotamento do modelo anterior; com as mudanças ocorridas nas últimas décadas (globalização e outros), sendo necessária uma nova concepção, vive-se na era da informação,

que também engloba o meio rural e os agricultores precisam ter acesso à informação (inovações tecnológicas).

Ao longo do tempo foram implantadas diversas propostas de educação voltada para o jovem rural. Mas, na maioria das vezes, a formação era apenas calcada somente na área técnica. Estas experiências nasceram em nome do desenvolvimento rural, mas acabaram sendo utilizadas para outros objetivos que não o de formar a juventude do meio rural de forma consciente. Algumas propostas foram implantadas e até tiveram boa repercussão, mas depois desapareceram. Isto aconteceu porque esses programas surgiram sem que a população rural ao menos soubesse sua origem e por isso foram ignorados.

Diante do exposto, se poderia perguntar como é possível trabalhar com um setor da sociedade marginalizado, como o dos agricultores. Deve-se responder à questão, afirmando que uma educação adaptada ao mundo da "pobreza", num ambiente aparentemente desfavorável, não será necessariamente uma educação "pobre". "Uma educação adaptada não significaria seu empobrecimento para ficar ao nível do pobre, mas, certamente, um enriquecimento para permitir com maior segurança que o pobre experimente, através dela, ascensão social". (DEMO, 1981, p. 201).

A modalidade de educação proporcionada pela CFR, além de se propor a enfrentar o empobrecimento cada vez maior das famílias que vivem no meio rural, poderá ser um fator de aproximação das relações familiares e comunitárias, tão distanciadas nos dias atuais. Além disso, a Casa Familiar também se propõe a oferecer uma educação agrícola voltada para a formação integral do jovem envolvendo sua família e a comunidade, respeitando o seu espaço de atividade. Objetiva-se, com esta metodologia de construção coletiva do saber, que os filhos dos agricultores venham conquistar uma formação qualificada e plural.

O modelo agrícola atual tem-se pautado no pouco apoio à agricultura - sendo o Programa Nacional de Fomento a Agricultura Familiar (PRONAF) praticamente a única exceção - e na ausência de uma formação escolar adequada para os agricultores. Além do mais, a

agricultura familiar está exposta à concorrência externa, como é o caso do Mercosul e da Globalização. Entretanto, é necessário para o meio rural muito mais do que incentivos financeiros, é preciso uma formação adequada para o agricultor manter-se em seu espaço produtivo. Todavia, não se trata da defesa de uma tecnologia superada, modelos arcaicos, o conhecimento esgotado em seu poder de criação. É necessário negar o arcaico, pois, a sua permanência, além do isolamento, pode significar a morte dos pequenos agricultores. (BIANCHETT et al., 1993).

Os desafios impostos para a agricultura são inúmeros. No entanto, para cada desafio é necessário um novo conhecimento. Na atualidade, o conhecimento não pode ser mais "levado" pelo técnico para o agricultor, como acontecia na fase do extensionismo, em que o agricultor era um mero "receptor" de informações. Isso para um determinado período da história foi importante. Este modelo não consegue mais solucionar os atuais desafios. É preciso ir muito além do repasse da informação, é preciso repassar o conhecimento, gerado e partilhado coletivamente.

Na sociedade do novo milênio, inúmeros pensadores têm pregado a necessidade de socialização do conhecimento. É preciso livrá-lo de seu caráter historicamente centralizador. De acordo com Handy (1995), o conhecimento deverá ser acessível a todos. No entanto, ele não poderá ser adquirido por "osmose" ou por "hereditariedade", cada um precisa ter o seu. Ou seja, é necessário dar condições para as classes menos favorecidas para que tenham o seu conhecimento. Para Toffler (1990), o poder da mais alta qualidade vem da aplicação do conhecimento. Ele demonstra que para ser poder é necessário ter o conhecimento. Para esses autores é a arma mais poderosa atualmente, tanto quanto o poder da riqueza.

O agricultor precisa do conhecimento para poder olhar a sua volta, compreender a sua realidade e transformá-la. Cada um precisa ter a sua própria visão de mundo para tomar as decisões mais apropriadas. Para cada propriedade rural, é necessário um tipo de conhecimento, cada uma tem as suas características próprias, suas limitações e complexidades; é necessário portanto, um conhecimento

diferenciado e apropriado. Um outro aspecto é que cada pessoa tem uma maneira diferente de ver o mundo, as pessoas são diferentes entre si. Então, todos precisam ter seu próprio conhecimento para fazer a leitura das coisas. Para isso, cada um deve buscar o seu conhecimento, o conhecimento útil, aquele adequado às suas necessidades, pois ao mesmo tempo em que se alardeia que se vive no mundo da informação, nunca se esteve tão distante dela.

Um outro aspecto importante na proposta da CFR é a possibilidade de resgatar valores "esquecidos" na sociedade atual e sobretudo no meio rural, como é o caso da cidadania, do desenvolvimento sustentável, da participação, da ampliação do acesso ao conhecimento e ao mercado e à livre organização. (FETAESC et al., 1997). O projeto precisa ter o máximo de envolvimento com o meio rural; ter a participação das famílias na formação dos jovens e uma educação atrativa e integral que prepare o jovem para ser agricultor ou, se for o caso, lhe dê condições para enfrentar a vida em outro meio, dignamente.

> Para atingir essas metas, a proposta está pautada na pedagogia da alternância, ou seja, numa educação que envolve a organização das comunidades. Porque [...] as relações entre os homens não são mais do que um outro momento de um mesmo diálogo [...] como o homem depende da natureza para sobreviver e a natureza depende do homem para ter sentido, os homens dependem uns dos outros para sobreviverem e darem sentido ao mundo, e a si mesmo. (BRANDÃO; 1987, p. 103).

Tendo por base a prática da pedagogia da alternância é que se percebe que a CFR é um investimento na formação não apenas de trabalhadores mais qualificados, mas também é a transformação dos agricultores em sujeitos, em cidadãos. É uma formação permanente, ensinando o jovem a "aprender a aprender", através de um processo de aprendizagem capaz de proporcionar o seu desenvolvimento social,

pessoal; incentivando a imaginação, a criatividade e a cooperação, naquilo que vivem a cada dia, seu trabalho, suas atividades, suas diversões, abrindo inúmeras possibilidades de crescimento.

Demo (1994) aponta a educação de qualidade como caminho para sair deste caos e mudar a realidade. Para o autor, educação de qualidade é aquela voltada para a construção do conhecimento, que vai muito além da mera transmissão, cópia ou reprodução do conhecimento, aquela que ensina a aprender a aprender, e saber pensar. Sob este ponto de vista, considera o modelo atual arcaico e não contemporâneo, afirmando que é preciso colocar nas mãos dos marginalizados o acesso ao conhecimento.

A falta de oportunidades de desenvolver o seu potencial humano, elevar a sua autoconfiança e o fraco desejo de superação, faz com que muitos produtores rurais não tenham a consciência de que poderiam solucionar muitos de seus problemas. Muitos deixam de fazer o que podem para tentar fazer o que não podem (FAO, 1995). Isso acontece pela falta do conhecimento e formação adequada.

3 CASAS FAMILIARES RURAIS: DA ORIGEM À ATUALIDADE

Para compreender melhor o projeto das Casas Familiares Rurais (CFRs) é necessário voltar ao ano de 1935, ao sudoeste da França. A agricultura francesa, nesta época, passava por uma grande crise. Além disso, a educação formal tinha sua proposta de ensino voltada para o meio urbano, sendo incompatível com a realidade dos jovens do meio rural. Este tipo de educação era pouco atrativo para os jovens agricultores, pois tinham que deixar a propriedade para prosseguir seus estudos e ainda não os preparava para exercerem a profissão de agricultor. A partir destas deficiências, numa iniciativa que contou com a participação de agricultores, líderes sindicais e igreja, surgiu uma proposta pautada na preocupação de oferecer aos jovens uma formação

alternativa e que estivesse de acordo com a sua realidade, possibilitando um aprendizado teórico/prático em que não fosse necessário abandonar as atividades na propriedade.

Desta idéia inicial, após um longo período de discussão, surgiu a primeira Casa Familiar Rural (CFR). Com uma turma de apenas cinco alunos, com idade entre 13 e 14 anos, o sistema de ensino era realizado de forma alternada onde os jovens passavam três semanas em suas propriedades e uma semana em regime de internato, improvisado nas dependências da igreja.

Com o sucesso desta experiência, nasceria toda uma estrutura pedagógica, atualmente conhecida por "pedagogia da alternância", que é o método de ensino utilizado pelas CFRs. Os resultados obtidos a partir desta experiência foram excelentes. Os jovens envolvidos no projeto mostravam-se interessados em estudar e as famílias também estavam empenhadas na formação de seus filhos, além de contar com o envolvimento da comunidade local.

Os bons resultados obtidos desta primeira iniciativa, possibilitaram a elaboração de uma proposta mais bem formulada. Em 1937 foi organizada, de fato, a primeira CFR nos moldes conhecidos atualmente, com uma turma de 30 jovens. A Casa entrou em funcionamento sob o comando e responsabilidade moral, jurídica e financeira de uma associação de famílias de pequenos agricultores. Neste mesmo ano a associação adquiriu uma casa, passando a funcionar em suas próprias instalações. O próximo passo foi a contratação de um técnico para orientar e ensinar os jovens e, ao mesmo tempo realizar as visitas às propriedades no período de alternância (CFRQ, s/d). Devido às perspectivas favoráveis desta primeira experiência, no ano seguinte foi sancionada a Lei de Ensino Agrícola da França, tornando o método de ensino utilizado na CFR obrigatório para jovens entre 14 e 17 anos do meio rural.

Depois dessas duas experiências bem sucedidas, o projeto expandiu-se rapidamente por todo o País e, a partir de 1945, iniciou-se o processo de expansão para fora do território francês, conquistando diversos países da Europa, África, América, Ásia e Oceania.

Atualmente, são mais de 900 CFRs distribuídas em todos os continentes. As mesmas estão organizadas em Uniões Nacionais e vinculadas à Associação Internacional das Casas Familiares Rurais (AIMFR), com sede na França (ARCAFAR-Sul, 1998).

No Brasil, a primeira CFR surgiu no Nordeste, mais precisamente no município de Arapiraca, Estado de Alagoas, no ano de 1981. Após alguns problemas locais, o projeto acabou sendo desativado, vindo a surgir, depois, no município de Riacho das Almas, no Estado de Pernambuco, em 1984, numa região do agreste nordestino, em que os agricultores são castigados e levados à miséria pelos longos meses de seca ocorridos durante o ano. Como conseqüência, os agricultores vão abandonando suas atividades, partindo para o artesanato, alternativa em que se depararam com o problema da comercialização e mesmo de fabricação, devido à dependência de intermediários. Com a criação da CFR estes problemas foram amenizados, pois a associação da CFR ajudou a melhorar a qualidade de vida desses ex-agricultores, organizando-os em grupos de produção e comercializando conjuntamente seus produtos diretamente nos centros consumidores. Desta maneira, além de terem seus custos reduzidos, conseguiam também melhores preços (CFRQ, s/d).

Depois destas experiências, o projeto se expandiu para outras regiões do País, migrando primeiramente para a região Sul (Paraná), no ano de 1987. Ali foram iniciadas as discussões envolvendo os agricultores e autoridades locais, possibilitando o início da implantação da primeira CFR, dois anos depois, no município de Barracão-PR. Já em Santa Catarina, no ano de 1991, nascia a primeira Casa Familiar Rural, em Quilombo, município do oeste catarinense. Hoje, existem vinte e duas CFRs em funcionamento distribuídas por todo o território catarinense.

Com o crescimento do projeto foi necessário criar uma coordenação para padronizar e coordenar as atividades. A partir desta necessidade, surgiu a ARCAFAR/Sul (Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil), como órgão oficial das CFRs, com sede no município de Barracão-PR.

Segundo a ARCAFAR/Sul, uma CFR pode ser definida como uma instituição educativa, dentro do meio rural, criada para formar jovens filhos de agricultores que buscam uma educação personalizada e uma formação integral, a partir de sua própria realidade. É uma escola-residência, na qual os filhos dos agricultores que não conseguiram concluir o Ensino Fundamental, podem estudar os conteúdos de 5ª a 8ª séries e também os conteúdos de formação geral e profissional sem abandonar suas atividades. É administrada por uma associação de pais e lideranças das comunidades envolvidas no projeto, constituindo-se numa organização não governamental (ARCAFAR-Sul, 1998). O trabalho desenvolvido na CFR utiliza como método de educação a pedagogia de alternância[4], em que o jovem passa uma semana na Casa Familiar em internato e duas semanas nas propriedades. A figura 1 mostra alguns pontos que diferenciam a proposta da CFR em relação ao ensino regular praticado nas escolas.

TABELA 1 - ENSINO REGULAR *VERSUS* PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

Ensino Regular	**Pedagogia de Alternância**
Professor	Monitor
Escola	Casa Familiar Rural
Aluno	Jovem
Merendeira	Governanta
Transmissão de conhecimentos	A construção do conhecimento
Somente o aluno	Família e a comunidade

FONTE: Adaptado de CFRQ, s/d.

Em uma escola de ensino regular, o professor exerce a função de transmissor do conhecimento, ou seja, de um determinado conteúdo já pré-estabelecido pelo currículo e que envolve somente o aluno. Na CFR, a função do monitor é muito mais abrangente, ele assume o papel de educador, animador, técnico e, acima de tudo, um profundo conhecedor do meio e da realidade dos jovens e das famílias envolvidas no processo de aprendizagem, pois, neste caso, parte-se do pressuposto de que o

conhecimento não pode ser transmitido, mas construído de forma conjunta. Para isso, é necessário um grande entrosamento entre todos (pais, monitores e jovens) para, a partir daí, construir coletivamente o conhecimento, utilizado como instrumento para transformar a realidade.

Uma outra grande diferenciação é que, na escola do ensino regular, o aluno permanece por um determinado período de tempo e, após isso, não tem mais nenhuma ligação com aquele meio, enquanto que na CFR há uma continuidade das atividades, pois é considerada a extensão de sua própria residência, por isso, o nome Casa e não escola. Na Casa Familiar, o jovem não é considerado um aluno, como ocorre na escola regular, ele não recebe esse tratamento, pois se considera que a formação deve abranger todo o processo de vida do educando. O trabalho da merendeira - na escola - também é diferente do da governanta na CFR. A responsabilidade desta vai muito além de uma mera executora de tarefas, tais como a limpeza, o preparo da merenda, lavar louças e outras atividades realizadas por uma merendeira. O seu trabalho está comprometido com a educação dos jovens. As tarefas quotidianas dentro de uma CFR são consideradas instrumentos pedagógicos de altíssimo valor para o aprendizado dos jovens, divididos em grupos na execução das mesmas.

4 ETAPAS PARA CRIAÇÃO DE UMA CFR

Em relação à implantação de uma CFR, alguns passos devem ser seguidos, sendo, o primeiro, a divulgação e a discussão da proposta junto aos agricultores. Após a realização desta etapa, o passo seguinte é visitar uma CFR em funcionamento. Desta forma, se o projeto for considerado, do ponto de vista dos agricultores, importante para eles, o passo seguinte é a organização de uma comissão com o objetivo de criar uma associação. Cumpridas todas estas etapas, vem a escolha do local para o funcionamento, que pode ser um prédio construído para esse fim ou, como ocorre, na maioria das vezes, aproveitadas instalações ociosas ou desativadas de antigas escolas, salões

comunitários, sede de associações e outros. Os mesmos são adaptados e reformados para abrigar as atividades de uma Casa Familiar. Tudo isso tem por objetivo a redução de custos, pois a meta principal de uma CFR é a formação profissional adaptada ao máximo à realidade, utilizando como instrumentos pedagógicos as próprias instalações das propriedades, diminuindo, assim, as despesas.

Cumpridas as etapas anteriores, o próximo passo a seguir é ter uma associação responsável pela implantação e manutenção da CFR. Em cada local onde é instalada uma CFR, primeiramente é organizada uma associação, tendo como base de formação as famílias e pessoas interessadas nos problemas ligados à educação e a agricultura. O compromisso da associação deve ser com o desenvolvimento e a melhoria de vida das famílias envolvidas. A associação é uma entidade não governamental e seu trabalho é feito em parceria com organismos públicos e privados, além de receber apoio de outras entidades preocupadas com a formação dos jovens. O papel da associação é envolver todos os associados nas mais diversas atividades, além de coordenar toda a ação burocrática da CFR e, ainda, ser a responsável pelo acompanhamento na formação dos jovens.

Um outro passo importante a ser adotado para o funcionamento de uma CFR é a formação por alternância. O modelo utilizado nas CFRs difere do ensino formal ao propor uma formação voltada para a busca de respostas às necessidades locais e ao mesmo tempo ser compatível com a realidade dos jovens. Para atender a estas preocupações é elaborado um currículo que tenha o máximo de aproximação com a realidade, sendo o mesmo elaborado conjuntamente com os pais, monitores, jovens matriculados na Casa Familiar e a comunidade envolvida no projeto. Para isso, a CFR utiliza como método de ensino a Pedagogia da Alternância, que permite ao aluno passar duas semanas em seu meio profissional e social – período de aplicação do conhecimento adquirido - e uma semana na CFR - em momentos que proporcionam o exercício constante de reflexão sobre a teoria e a prática. Desta forma, possibilita aos jovens aprenderem na Casa familiar, ao mesmo tempo, com a prática, com situações reais, e

com teoria, proporcionando uma formação simultânea do jovem e da família, envolvendo também a comunidade local incluída na abrangência da CFR.

A responsabilidade na formação dos jovens é dividida conjuntamente entre pais e monitores. Juntos eles analisam os planos de estudo e as práticas a serem adotadas na propriedade e na Casa Familiar e, ainda, definem os papéis na relação entre pais e filhos. O período de duração do curso é de três anos, o equivalente, no ensino fundamental, à formação de 5ª à 8ª séries, permitindo ao jovem completar o primeiro grau sem abandonar suas atividades, e, ao mesmo tempo, utilizar a propriedade dos pais como elemento principal de sua formação.

A capacidade máxima de funcionamento de uma CFR é de três turmas simultâneas, com o máximo de 25 jovens que entram a cada ano. O primeiro ano inicia com vinte e cinco alunos, repetindo-se a mesma quantidade para o segundo e para o terceiro ano, quando o número máximo de vagas é completado, ou seja, três turmas, perfazendo um total de 75 jovens. Para freqüentar a CFR, o jovem deve ter idade mínima de catorze anos, sendo a máxima ilimitada. A Casa Familiar destina-se à formação global daquele jovem que deseja fazer da atividade rural a sua opção de vida, permanecendo no meio em que vive.

Em relação à manutenção da Casa, a mesma é realizada através de parcerias entre diversos setores organizados da sociedade. Normalmente, o quadro de funcionários é mantido pelas prefeituras ou é formado de funcionários cedidos por instituições estaduais, entre outras. Aos agricultores, cabe a responsabilidade pela alimentação no período de internato, já que se parte do princípio de que o alimento consumido na residência do jovem será o mesmo na semana de alternância na CFR.

Um outro ponto que cabe destacar é o clima educativo favorável proporcionado pela alternância. O número reduzido de jovens por turma na CFR permite a utilização de uma dinâmica de formação participativa. Os jovens são divididos em pequenos grupos para realizar os mais

diferentes tipos de trabalhos, que vão desde as atividades domésticas, tais como, limpeza da Casa Familiar, arrumar os quartos, fazer comida, lavar a louça e participar de toda ação educativa e pedagógica da Casa. Esta ação tem por objetivo criar um ambiente favorável na realização das tarefas, bem como proporcionar uma relação de liberdade e responsabilidade, permitindo a cada jovem firmar-se dentro do grupo, promovendo uma visão interdisciplinar do mundo que o cerca (CFRQ, s/d).

O sistema de alternância permite ao jovem uma maior motivação para o estudo, porque possibilita o confronto constante entre a teoria e a prática, facilitando a criação de uma maior consciência e nova visão, novos questionamentos para a solução de seus problemas cotidianos. O conhecimento aplicado à sua realidade permite uma melhor compreensão de seu meio. O diálogo constante realizado entre colegas, monitores e pais possibilita soluções de problemas enfrentados quotidianamente.

Numa CFR, além de trabalhar os conteúdos da grade curricular, os jovens resolvem os problemas originados em suas próprias atividades. Através do diálogo com os monitores e colegas, vão descobrindo novas formas de enfrentar suas dificuldades. Somando a isso, os jovens também aprendem técnicas que vão desde o planejamento de uma atividade, administração, comercialização, além de noções de organização sindical, cooperativa, entre outras. Trabalham, assim, a idéia de interdisciplinaridade.

Para Silva (2000), a ênfase dada ao "vai e vem" da alternância, tem por objetivo confrontar os jovens, no processo de aprendizagem com situações reais entre o mundo escolar e o mundo vivido. Na busca constante de articulação entre os universos muitas vezes opostos entre a teoria e a prática; do mundo escolar com o mundo da vida e entre o abstrato e o concreto, a alternância coloca frente a frente realidades diferentes: a escola com a lógica da transmissão do saber e a família com a lógica de pequena produção. Deste modo, a formação por alternância apresenta uma dinâmica que traz consigo a relação entre o meio escolar e o meio familiar.

5 O MODELO DE FORMAÇÃO DAS CFRS

A CFR se apresenta como "uma proposta de desenvolvimento sustentável num ambiente educativo favorável, para a formação dos jovens rurais, visando a uma educação personalizada e uma formação integral, a partir da realidade". (CFRQ, 2000, p. 01). Além disso, a CFR é administrada por uma Associação das famílias dos agricultores, cujo objetivo principal é a formação geral e profissional de jovens filhos de agricultores. Os princípios que norteiam as atividades do processo de formação da CFR são o plano geral de formação, que utiliza como método de ensino a pedagogia da alternância e seus instrumentos pedagógicos, a associação participativa e atuante e a experiência vivida pelos jovens e suas famílias no processo de aprendizado.

A experiência de formação por alternância da CFR tem os seguintes objetivos:

> A Casa Familiar Rural tem por objetivo o ensino via Pedagogia da Alternância, aliando teoria e prática, formando duas gerações, ou seja, pais e filhos agricultores do município ao mesmo tempo. A profissionalização e formação geral do homem do campo surgem dentro deste projeto. Tem como objetivo proporcionar ao jovem, condições, instruções e formação para o exercício da agricultura sustentável, fixando ao meio onde vive e melhorando o nível de produção e da qualidade de vida. Sendo assim, é uma das formas para manter o jovem no campo sem que ele perca o vínculo com a sua realidade (propriedade e família) e tenha consciência do exercício da cidadania plena. (CFRQ, s/d, p. 08).

Como pode ser observado, a profissionalização aliada à formação geral do homem do campo são os eixos centrais que direcionam uma CFR. O projeto tem por objetivo proporcionar ao jovem as condições necessárias para o exercício da agricultura, com o objetivo de fixá-lo

no campo e melhorar sua condição de vida e de sua família, numa perspectiva de agricultura sustentável. É interessante destacar a responsabilidade da CFR em assumir este compromisso tão ousado com o jovem e sua família, criando uma expectativa de melhorar as condições de vida, garantindo a permanência em seu meio.

Para atender a esses objetivos, a CFR tem o compromisso de aliar a formação técnica com a formação geral. Para tanto, a proposta se efetiva através do instrumento pedagógico denominado de "plano geral de formação", composto por planos de estudo que são elaborados conjuntamente com a participação dos jovens e de suas famílias, através da pesquisa participativa. Na elaboração dos temas de estudo, os monitores contam com a participação de profissionais ligados à área da educação, agricultura, saúde e outras. A partir do planejamento dos temas é feito a ligação dos diferentes conteúdos científicos com as disciplinas de formação geral. Desta forma, o plano tem como temas principais assuntos que dizem respeito à agricultura, pecuária, saneamento, meio ambiente, agricultura sustentável, saúde, administração rural, custos de produção, além de temas secundários, julgados importantes pelas famílias e monitores. Assim, o jovem terá sua formação geral e técnica sem que se trabalhe duas pedagogias diferentes (CFRQ, s/d).

TABELA 2 - REPRESENTAÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO E DAS MATÉRIAS BÁSICAS DO CURRÍCULO

Matérias básicas e Planos de estudo	Tec.	Biol.	Port.	Mat.	Qui.	Fis.	C. Ger.
Cultura do milho	X	X	X	X	X	X	X
Criação de suínos	X	X	X	X	X	X	X
Indústria caseira	X	X	X	X	X	X	X
Medicina popular	X	X	X	X	X	X	X
Nossa comunidade	X	X	X	X	X	X	X
Formação religiosa	X	X	X	X	X	X	X
Associativismo	X	X	X	X	X	X	X
Administração rural	X	X	X	X	X	X	X
Custos de produção	X	X	X	X	X	X	X
Etc.	X	X	X	X	X	X	X

FONTE: Adaptado de CFRQ, s/d.

Em relação ao funcionamento, o regime é de semi-internato, através da pedagogia da alternância em que se prevê um ritmo de uma semana na CFR e duas semanas na propriedade junto à família. Desta forma, o jovem desenvolve as atividades teóricas no meio escolar e a prática no meio familiar, totalizando, durante o ano, 13 semanas de atividades letivas na Casa Familiar e 39 semanas de atividades práticas na propriedade, no qual está prevista a visita periódica dos monitores à propriedade do jovem, para acompanhamento durante a quinzena em que permanece no meio produtivo-familiar.

Durante a permanência do jovem junto à família está prevista, de acordo com o instrumento pedagógico conhecido por Plano de Estudo, a realização de trabalhos de pesquisa e implementação de projetos práticos, conforme a natureza da atividade agrícola desenvolvida na propriedade pela família do jovem. No período de permanência no meio familiar, o jovem faz o levantamento dos problemas e dificuldades da propriedade, onde há uma discussão envolvendo a família, sempre no sentido de buscarem soluções a partir da realidade vivida e do Plano de Estudo. Na permanência em sua propriedade, o jovem e sua família recebem a visita dos monitores, que têm por objetivo acompanhar e orientar nas eventuais dificuldades encontradas no desenvolvimento de suas atividades práticas e teóricas. As visitas também têm a finalidade de promover uma maior aproximação das famílias com a CFR e, ao mesmo tempo, fortalecer o vínculo dos monitores com a realidade dos jovens e suas famílias, além de favorecer ao dialogo entre os jovens e seus pais.

Ao retornar à CFR, o jovem busca, conjuntamente com seus colegas e monitores, a compreensão técnica e científica das questões aprendidas através das atividades realizadas em seu cotidiano na propriedade, com o auxílio de seu Plano de Estudo. As dúvidas, aos poucos, vão sendo sanadas à medida em que os jovens vão encontrando as respostas contidas nos conteúdos da biologia, da química, da física, da matemática, da história, da geografia e das demais áreas do conhecimento que deverão ser relacionadas à realidade vivida de cada um. Desta maneira, as disciplinas que compõem a grade

curricular do ensino fundamental são incorporadas aos temas de estudo e distribuídas conforme o Plano de Formação. As mesmas são ministradas pelos monitores que recebem o assessoramento de profissionais da área de educação na montagem e elaboração do material didático, com suportes teóricos para a exposição dos conteúdos.

Na semana de sua permanência na CFR, além do Plano de Estudo, relacionado com as questões do período em que esteve na propriedade, o jovem recebe o complemento de outros cursos e ainda é realizada a visita de estudo, conjuntamente com os monitores e demais colegas. Durante esta semana é preparado um questionário para o próximo Plano de Estudo que servirá para orientar as discussões e atividades durante as duas semanas na propriedade. O tema escolhido está relacionado com a atividade agrícola desenvolvida pela família. O questionário é montado a partir de temas técnicos que envolvem a participação dos pais e demais familiares que trabalham juntamente com o jovem.

Dos instrumentos pedagógicos dos quais fazem parte o Plano de Estudo, outros se encontram presentes na formação por alternância, utilizados na CFR. Entre eles destaca-se o Caderno de Exploração Agrícola, ou simplesmente Caderno de Alternância, sendo este um instrumento de base, onde o jovem descreve a realidade atual das atividades realizadas na propriedade, lista as dúvidas surgidas durante a permanência com sua família e propõe os ajustamentos para serem debatidos na semana de internato na Casa. As Fichas Pedagógicas são um complemento ao uso dos livros didáticos, trazem sugestões objetivas para os trabalhos dos jovens relacionados com os conteúdos de ciências, matemática, português, preparação para o trabalho, tecnologias, etc. As visitas de estudos, por sua vez, acontecem quando os jovens, em grupos, realizam as visitas a uma determinada propriedade e/ou empresas, em que são coletados dados e informações para, posteriormente, constituírem-se nos temas e orientarem os debates na Casa Familiar Rural. Os estágios supervisionados acontecem quando em determinados momentos são organizados estágios em propriedades diferentes daquela onde o jovem realiza alternância, possibilitando uma análise comparativa das técnicas, procedimentos e conhecimentos. No

entanto, outros suportes pedagógicos são utilizados, além dos descritos, como as Reuniões com os pais, com o objetivo de discutir os problemas, as soluções e os aspectos gerais da formação, inclusive o planejamento do Plano de Formação, realizado na CFR. Os pais discutem também o andamento da própria Casa Familiar. Um outro instrumento da CFR é a avaliação, feita conforme os planos de estudo e a evolução dos programas que compreende desde a análise das atividades realizadas pelos jovens na propriedade, a apresentação dos cadernos de exploração agrícola, os melhoramentos introduzidos (7ª série), até uma análise global da propriedade (8ª série) apresentado por escrito, sob forma de projeto, para ser executado na unidade familiar pelo jovem.

Todas as atividades desenvolvidas na CFR são amparadas por uma Associação de Famílias de agricultores, que tem como representante legal um conselho de administração, formado por 18 membros: um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro, três membros do conselho fiscal, três suplentes do conselho fiscal e oito conselheiros gerais. A associação possui estatuto próprio, assumindo a responsabilidade da Casa no que se refere aos aspectos morais, administrativos e financeiros, exercendo um papel importantíssimo nas decisões gerais da Casa Familiar Rural, inclusive na avaliação, na formação dos jovens, nos conteúdo dos planos de estudos, na condução da alternância, enfim, na relação da Casa com os pais, a comunidade e o futuro da profissionalização dos jovens. Além da associação participar ativamente do processo de formação, também auxilia na organização interna da Casa Familiar Rural, envolvendo a participação dos monitores, dos jovens e da governanta. Uma outra atividade desenvolvida pela associação é a realização de convênios com outras entidades de recursos financeiros e humanos necessários para a manutenção das atividades da CFR para a promoção da qualidade do ensino (CFRQ, s/d).

A CFR é mantida pelo poder público municipal, que conta ainda com a parceria do governo do Estado e das famílias dos agricultores, responsáveis pelo fornecimento da alimentação durante o período em que os jovens estão na CFR. É uma parceria entre o poder público

municipal e o governo do estado que contrata os professores, e ainda conta com os convênios estabelecidos pela associação com algumas empresas que ajudam direta e indiretamente a manter o projeto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de exclusão e desigualdade, não somente para com o meio rural, é expresso na pouca atenção com o ensino público no país. Este fato é expresso sob a forma de condições precárias das escolas, dos salários, da pouca qualificação dos professores, dos currículos distantes da realidade e um processo de difusão de valores que predominam e privilegiam a valorização dos saberes da cidade em detrimento aos do meio rural.

Como foi visto, cada vez mais os problemas têm aumentado. Atualmente, sob a alegação de que as escolas do meio rural são dispendiosas para o poder público, iniciou-se o processo de nucleação, apontado como o melhor e mais eficiente caminho para diminuir os gastos com a educação. Com a nucleação, os jovens são deslocados para os centros urbanos, muitas vezes fazendo longo percurso até a escola, transportados de forma precária. Ao chegarem nas escolas não existe a preocupação em colocá-los nas mesmas turmas. Em salas diferentes, aos poucos vão assimilando outros valores considerados mais "modernos" que os seus.

A partir dessas dificuldades enfrentadas pelos agricultores e da falta de motivação do jovem para com o ensino regular, surgiu a proposta de formação da CFR, cujo projeto nasceu da necessidade de proporcionar uma qualificação permanente para o jovem do meio rural e devolver a sua auto-estima, aliando a isto as exigências de eficiência cada vez maior da produção, cobranças constantes do processo de modernização tecnológica e do próprio mercado.

O intercâmbio entre a CFR e as famílias é considerado o meio mais eficiente de formação, visto que o jovem recebe dupla formação:

a parte teórica na Casa Familiar e a prática na propriedade. A valorização da formação como um todo é válida porque, num passado recente, se imaginou que bastaria um processo de difusão de tecnologia para melhorar a vida no meio rural, como aconteceu com o trabalho da extensão, cujos reflexos negativos ainda repercutem.

Por isso, partir do pressuposto de que a tecnologia por si só resolverá os problemas da agricultura é, no mínimo, perigoso. Em primeiro lugar, porque ela não é neutra, sua utilização deve passar antes por um questionamento, sem ser aceita passivamente; segundo, num período recente da história do país serviu como instrumento de manipulação e exclusão. Portanto, não se pode deixar levar pelo discurso simplista da eficiência apenas, isto gera uma passividade no agricultor, devido à pseudo-superioridade do discurso da tecnicista.

O grande desafio das CFRs é o da inclusão, ou seja, de tentar garantir a permanência do jovem e de sua família em seu meio produtivo, vivendo dignamente. A CFR deve proporcionar um ambiente atraente com raízes em seu meio, valorizando a cultura e os valores em que está inserida. Contemplar esses saberes sem abrir mão da profissionalização, este é o grande desafio para as Casas Familiares Rurais.

Cabe ressaltar, como foi visto no decorrer do texto, que as Casas buscam oportunizar ao jovem e à sua família uma formação e garantir a permanência em seu meio. Além desse aspecto, um outro diferencia o projeto dos demais, é o método de formação, no qual se busca a valorização e a utilização da experiência vivida do jovem no processo educativo; aliando a isto as atividades quotidianas na CFR, tais como a vivência em grupo, a valorização da realização das tarefas em grupos, as atividades de esportes e lazer, e outros que são instrumentos aproveitados pela pedagogia da alternância para oportunizar aos jovens momentos de reflexão e, ao mesmo tempo, de criação de um clima educativo favorável entre eles e a equipe de trabalho, proporcionando um ambiente educativo atrativo e muito rico de discussão, pois valoriza os saberes dos pais, trabalha conjuntamente as questões afetivas no interior da CFR, criando mecanismos de discussões e aprofundamento. Isto são coisas necessárias para melhorar o relacionamento entre pais e filhos, na atualidade.

Além disto, as questões práticas da propriedade são trabalhadas, porque certas resistências dos pais fazem sentido, pois ao longo do tempo estes saberes foram relegados para o segundo plano e as muitas experiências frustradas da extensão rural ainda pesam criando resistências às inovações e mudanças. Isso precisa ser respeitado e entendido, para, a partir daí, iniciar o processo de mudança.

Todo o cuidado se faz necessário na condução do projeto. Dividir as responsabilidades do projeto com os pais e a associação, talvez seja a melhor maneira de resguardar a proposta, realizando uma verdadeira parceria entre os envolvidos. Isto é necessário para que a formação em alternância não venha ser, no futuro, mais uma experiência pedagógica entre tantas outras já testadas e fracassadas.

Enfim, cabe ressaltar que as Casas Familiares Rurais têm se mostrado uma experiência educacional e de formação de grande relevância para a agricultura. A sua importância é no sentido de amenizar a barbárie das grandes cidades, se apresentando como uma das saídas para agricultura, principalmente na formação dos futuros agricultores. O poder público não pode menosprezar este tipo de iniciativa, pelo contrário, é preciso incentivar, pois se trata de uma experiência muito superior a tudo o que já se tentou no país e também nas próprias Escolas Agrotécnicas. É totalmente diferente dos padrões tradicionais do ensino regular onde a presença do pai e da comunidade é esporádica. Entende-se ser a pedagogia da alternância original e adequada à realidade.

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, L.; JANTSCH, A. P. Interdisciplinaridade, Ciência e Tecnologia. In: **Rev. Planejamento e Desenvolvimento Municipal**. Editora da UFSC, Florianópolis, Ano 1, n. 1, p. 16-21, janeiro de 1993

BRANDÃO, C. R. **O que é Método Paulo Freire**. 13. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CFRQ. **Casa Familiar Rural de Quilombo-SC**: Pedagogia da Alternância - Ensino Fundamental e Médio. Mimeo, Quilombo, 2000.

CFRQ. **Programa de formação de jovens agricultores pela pedagogia da alternância**. Mimeo, Quilombo, s/d.

DEMO, P. **Subeducação.** In: WERTHEIN, J.; BORDENAVE, J. D. (org.) Educação rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 199-224.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento**: metodologia científica no caminho de Herbamas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DIAS, C. E. A. **Espaços de conflito e permanência das agências de Estado**: o exemplo da extensão rural em SC, Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRRJ, 1990.

FAO. **Desenvolvimento agropecuário**: da dependência ao protagonismo do agricultor. 4. ed. Santiago: Série Desenvolvimento Rural n. 9, 1995.

FETAESC, FAESC, OCESC. **Seminário Estadual**: Proposta para um novo serviço público agrícola e para agricultura familiar. Florianópolis, 20 e 21 de novembro de 1997.

HANDY, C. **A era do paradoxo**. São Paulo: Makron,1995.

GILLY, P. **Manual das Casas Familiares Rurais**. ARCAFAR/Sul, n. 1.

GRAZIANO, J. S. da. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

GRAZIANO NETO, F. **A Questão agrária e ecológica** - Crítica da Moderna Agricultura: São Paulo: Brasiliense, 1985

MASTRELLI, S. R. **Agricultura familiar e profissionalização no contexto do novo rural**. Dissertação (Mestrado) em Agroecossistmas, UFSC, Florianópolis, 1999.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MUSSOI, E. M. Estado, descentralização, políticas públicas e novas instâncias participativas: o caso da agricultura em Santa Catarina. In: **Revista de Ciências Humanas**, UFSC-CFH. v. 1, n. 1, Florianópolis-SC: Editora da UFSC, 1999.

NOGUEIRA, J. D. **Casa Familiar Rural no Paraná**: organização e implementação de um programa. Dissertação (Mestrado), UFV, Viçosa-MG, 1999.

SILVA, L. H. da. **As representações sociais da relação educativa escola-família no universo das experiências brasileiras de formação por alternância**. Tese de doutorado em Psicologia da Educação, PUC, São Paulo, 2000.

TOFFLER, A. **Powershifit**: as mudanças do poder. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

ARCAFAR-Sul. **INFORMATIVO ARCAFAR**. 10/98. Barracão, mimeo, 1998.